

Tradução: **Olinto Beckerman**  
Revisão: **Armandina Venâncio**  
Capa: **Carlos Clémen**

1.<sup>a</sup> edição: Janeiro/1980

Direitos reservados por  
**CENTRO EDITORIAL LATINO AMERICANO**

Rua Amâncio de Carvalho, 82  
04012 - São Paulo - SP

---

Composto e Impresso na  
Editora Parma Ltda.  
Rua da Várzea, 394 - São Paulo

**BRAS DE CHE GUEVARA - 2**

**TEXTOS ECONÔMICOS**

**Centro Editorial Latino Americano**

## SOBRE A CONCEPÇÃO DO VALOR EM RESPOSTA A CERTAS AFIRMAÇÕES(\*)

Neste número de "Nuestra Industria — Revista Económica" reproduzimos o artigo de Alberto Mora intitulado "Em torno da questão do funcionamento da lei do valor na economia cubana no momento atual", publicado recentemente pela revista "Comércio Externo", editada pelo respectivo Ministério.

O artigo começa assim: "alguns companheiros consideram que a lei do valor não funciona atualmente no setor estatal da economia cubana".

A negação dos argumentos é importante, mas também é importante saber a quem se referem. "Alguns" não tem nome e apelido, mas os sujeitos a quem a crítica se dirige têm e se personalizam no Ministério da Indústria, que assina este artigo, e no companheiro Luís Alvarez Rom, Ministro das Finanças, sem contar com outros a quem podemos nos referir por seguirem a corrente do sistema orçamental de financiamento.

---

(\*) Artigo publicado em "Nuestra Industria", Revista Económica, n.º 3, outubro de 1963.

Salientamos isto inicialmente, pois é bom fixar, não somente os conceitos, mas também as pessoas que os defendem.

Gostaríamos de esclarecer três afirmações feitas por Mora nas suas conclusões. Somos de opinião de que a questão do artigo que mais importa discutir não é a disputa contra os que negam a lei do valor, mas sim a própria definição de valor que é dada, pois não se ajusta às idéias de Marx.

"Enfim, o que é o valor? Quanto a mim, se atribuirmos algum sentido consistente à categoria valor, não podemos deixar de observar que ela contém (ou melhor, exprime) uma relação. Em primeiro lugar, é uma medida, e como tal, exprime uma relação; e, em segundo lugar, é conseqüentemente uma categoria criada pelo homem em determinadas circunstâncias e com determinado fim, contida no quadro das relações sociais por ele desenvolvidas".

Vejamos. Umas linhas antes, Alberto Mora afirma: "Mas a medida de uma coisa não é a coisa em si", referindo-se ao valor; e agora diz: "em primeiro lugar é uma medida e, como tal, exprime uma relação". Isto nos parece contraditório. E logo a seguir diz: "...e, em segundo lugar, é conseqüentemente uma categoria criada pelo homem em determinadas circunstâncias e com determinado fim".

Isto está em plena contradição com as idéias de Marx sobre as leis econômicas da sociedade. Todo o seu trabalho foi dedicado a descobrir a essência dos fenômenos debaixo da aparência, demonstrando que os diversos fetiches adquiridos pela humanidade só servem para dissimular a sua ignorância. Consideramos que, se há alguma coisa que o homem não pode fazer, é criar o valor com determinados fins. As relações de produção fizeram surgir o valor, este existe obje-

tivamente e, quer o conheçamos quer não, o real da sua existência não varia, nem a espontaneidade de expressão das relações capitalistas.

A partir de Marx, fez-se luz no intrincado mecanismo nas relações de produção capitalistas, mas o seu conhecimento em nada modifica a realidade; a única coisa que o homem pode fazer é alterar determinadas condições da sociedade mas não "inventar" leis.

Mais adiante, Mora acrescenta: "Recordemos que só um tipo de trabalho cria valor — o trabalho socialmente necessário, isto é, a aplicação dos recursos limitados disponíveis na satisfação de uma necessidade socialmente reconhecida. É pois precisamente esta relação que se exprime na categoria valor; ela é propriamente o valor".

Observemos que Mora atribui à frase "socialmente necessário" um sentido diferente do que tem, quer dizer do ser necessário para a sociedade; na realidade, ele a emprega aqui como a medida do trabalho que a sociedade no seu conjunto necessita para produzir um valor. Mora acaba por dizer que o valor é a relação entre as necessidades e os recursos.

É evidente que, se a sociedade não reconhecesse uma utilidade no produto, este não teria valor de troca (daqui talvez o erro conceptual de Alberto Mora ao se referir ao trabalho socialmente necessário), mas não é menos evidente que Marx identifica a idéia de valor com a de trabalho abstrato. A busca da medida do trabalho identifica-se com a busca da medida do valor. Em "O Capital" lemos o seguinte: "...portanto, um valor de uso, um bem, só encerra um valor por incarnação ou materialização do trabalho humano abstrato. Como se mede a quantidade deste valor? Pela quantidade de substância criadora de valor, quer dizer, de trabalho que encerra".

Mas não existe valor sem valor de uso, assim como não podemos conceber valor de uso sem valor (salvo algumas forças da natureza) dada a interrelação dialética que existe entre eles.

A idéia de que a relação necessidade — recursos está implícita no conceito de valor poderia aproximar-se mais da realidade, o que parece lógico, pois esta fórmula pode se substituir pela da oferta e da procura existente no mercado e que constitui uma das malhas do funcionamento da lei do valor ou da relação valor. A nossa primeira objeção importante é o perigo que seria esquematizar este problema até o reduzir a uma simples enunciação da lei da oferta e da procura.

Passando ao começo do primeiro parágrafo do artigo comentado, diremos que esta apreciação não é exata. Consideramos de outra forma o problema do valor. Vou me referir ao artigo publicado em "Nuestra Industria — Revista Econômica", n.º 1; que dizia: "Quando todos os produtos atuam de acordo com preços que têm certas relações internas entre si, diferentes das relações desses produtos no mercado capitalista, cria-se uma nova relação de preços que não tem paralelo com a relação mundial. Como fazer para que os preços coincidam com o valor? Como manejar conscientemente o conhecimento da lei do valor para, por um lado, alcançar o equilíbrio do fundo mercantil e, por outro lado, o reflexo fiel dos preços? Este é um dos problemas mais sérios que se apresentam à economia socialista".

Quer dizer, não contestamos a vigência da lei do valor, apenas consideramos que esta lei atinge a sua forma plena no mercado capitalista e que as alterações introduzidas no mercado pela socialização dos meios de produção e dos aparelhos de distribuição conduz a modificações que impedem uma imediata qualificação da sua ação.

Sustentamos que a lei do valor regula as relações mercantis no quadro do capitalismo e que, na medida em que os mercados sejam distorcidos por qualquer causa, a ação da lei do valor sofrerá certas distorsões. A forma e a medida em que isto se produz não foram estudadas com a mesma profundidade com que Marx levou a cabo o seu estudo sobre capitalismo. Marx e Engels não previram que a etapa de transição se pudesse iniciar em países economicamente atrasados e, por isso, não estudaram nem meditaram sobre as características econômicas de um tal momento. Lenin, apesar da sua genialidade, não teve o tempo necessário para dedicar largos estudos (toda a vida como Marx) aos problemas econômicos desta etapa de transição, na qual se conjuga o fato histórico de uma sociedade que sai do capitalismo sem completar o seu desenvolvimento nessa etapa (e na qual ainda se conservam restos de feudalismo) com a concentração da propriedade dos meios de produção nas mãos do povo.

Este é um fato real cuja possibilidade foi prevista por Lenin nos seus estudos sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo, o nascimento do imperialismo e a teoria da ruptura das malhas mais fracas do sistema em momentos de convulsão social, como as guerras. Ele mesmo provou, com a Revolução Russa e a criação do primeiro Estado socialista, a viabilidade do fato, mas não teve tempo de continuar as suas investigações já que se dedicou plenamente à consolidação do poder, a participar na revolução, tal como anunciou no abrupto final do seu livro "O Estado e a Revolução" (a soma dos trabalhos de Lenin sobre a economia do período de transição nos serve de valiosíssima introdução ao tema, mas faltou-lhe o desenvolvimento e o aprofundamento que o tempo e a experiência lhe deveriam dar)

Nas suas conclusões, o companheiro Mora afirma categoricamente: "no socialismo, a lei do valor continua a operar, apesar de não ser o único critério regulador da produção. No socialismo, a lei do valor opera através do plano". Nós não estamos tão seguros disso.

Supondo que se fizesse um plano totalmente harmônico em todas as suas categorias, há que supor que deve existir algum instrumento fora dele, que permita a sua avaliação e esse instrumento me parece que não pode ser outro senão os resultados do mesmo. Mas os resultados são a comprovação à posteriori de que tudo anda bem ou algo anda mal (com respeito à lei do valor, entendamos já que pode haver defeitos de outra origem). Teríamos que começar a estudar minuciosamente os pontos fracos, para tratar de tomar medidas práticas novamente à posteriori, e corrigir a situação por aproximações sucessivas. Em todo o caso, o equilíbrio entre o fundo mercantil e a procura solvente não nos daria nenhuma luz, pois, por definição, não existem condições para dar às pessoas o que elas procuram durante esse período.

Suponho algo mais real: que se devam tomar medidas face a uma dada situação, gastar dinheiro na defesa, na correção de grandes desproporções na produção interna, em investimentos que absorvam parte da nossa capacidade de produção para o consumo, necessários pela sua importância estratégica (não só no aspecto militar, mas também no econômico). Então se criarão tensões que corrigiremos com medidas administrativas, para impedir uma alta de preços, e se criarão novas relações que obscurecem cada vez mais a ação da lei do valor.

Podemos sempre calcular efeitos; os capitalistas também o fazem nos seus estudos de conjuntura. Mas, no plano haverá um reflexo cada vez mais pálido da lei do valor. Esta a nossa opinião sobre a questão.

Queríamos também nos referir a outra parte do artigo citado, na qual se diz o seguinte: "Quando alguns companheiros negam que a lei do valor opera nas relações entre empresas dentro do setor estatal, argumentam que todo o setor estatal é uma só propriedade, que as empresas são propriedade da sociedade. Esta última afirmação é evidentemente exata, mas economicamente não é um critério correto. A propriedade estatal não é ainda a propriedade social plenamente desenvolvida, que somente se alcançará no comunismo". E, a seguir: "...basta simplesmente atentarmos nas relações entre as empresas estatais, em como surgem contradições entre elas e em como são tributárias umas das outras, para nos darmos conta de que atualmente em Cuba de modo algum a totalidade do setor estatal constitui uma só empresa".

Alberto Mora se refere a algumas conversas que temos tido, a uma intervenção pessoal no encerramento do curso da Escola de Administradores, ou a uma brochura inédita do companheiro Alvarez Rom, na qual o tema é referido como uma aspiração de Lenin. Nesta última, considera-se o tratamento das fábricas como oficinas da empresa consolidada e o desejo de que o desenvolvimento da economia leve em consequência todas as relações ao tipo das que existem numa grande fábrica única.

Queríamos sublinhar que, se bem que seja certo existirem contradições entre diversas empresas — e não citamos empresas da economia em geral, mas empresas sob a direção do Ministério das Indústrias —, não é menos certo que existem contradições entre fábricas de uma empresa, entre oficinas de uma fábrica e, por vezes, no caso dos trabalhadores de uma brigada em regime de trabalho a tempo com prêmio, expressam-se contradições no próprio seio da brigada (um exemplo prático, quando uma brigada recusa que

um dos seus trabalhadores dedique uma hora a aprender com outros camaradas, porque a produtividade do grupo diminui e os salários se ressentem). Portanto, a pouco e pouco, construímos o socialismo e suprimimos a exploração do homem pelo homem.

Em regime capitalista, nas oficinas de uma fábrica, dependentes umas das outras não acontecem coisas parecidas? Será por acaso que os dois sistemas têm contradições de tipo semelhante?

As contradições entre os homens se refletem constantemente no setor socialista, mas quando estes não estão imbuídos de incompreensões extremas ou modos de atuar não revolucionários, são contradições não antagônicas que se resolvem dentro dos limites admissíveis pela sociedade. Admitimos que o setor estatal não constitui ainda, de modo nenhum, uma única grande empresa; e isto sucede por defeitos de organização, por falta de desenvolvimento da nossa sociedade e porque existem dois sistemas de financiamento.

Quando exprimimos o nosso conceito de uma só empresa, baseamo-nos fundamentalmente na definição de mercadoria dada por Marx: "Para ser mercadoria, o produto tem que passar pelas mãos de outrem, de quem o consome, por meio de um ato de troca"; e na citação de Engels explicando que introduz o conceito de mercadoria para evitar o erro dos que consideram mercadoria todo o produto consumido por alguém que não seja o produtor, e dando o exemplo de que os produtos entregues pelo agricultor a título de tributo não são mercadorias, porque não existe troca. Engels dá um exemplo extraído da sociedade feudal, mas este conceito de mercadoria, com os exemplos correspondentes, não pode aplicar-se à nossa época atual de construção do socialismo?

Consideramos que a passagem dos produtos de uma oficina a outra, ou de uma empresa a outra num sistema orçamental desenvolvido, não pode ser considerada um ato de troca; é simplesmente um ato de formação ou adição de novos valores mediante o trabalho. Quer dizer, se mercadoria é o produto que muda de propriedade por um ato de troca, ao estarem todas as fábricas dentro da propriedade estatal, no sistema orçamental, onde este fenômeno não se produz, o produto só adquirirá características de mercadoria quando, ao chegar ao mercado, passar para as mãos do povo consumidor.

A nossa opinião sobre os custos está exposta no já citado artigo, que apareceu nesta revista com a minha assinatura; para ele remetemos o leitor interessado.

No que respeita ao tamanho de Cuba, aplicando o critério de Mora, poderíamos propor que dividisse o seu ministério em nove ministérios autônomos, um por andar, dada a sua dimensão exagerada. Se ele não acreditar, experimente subir até ao seu gabinete pela escada e ficará convencido da verdade da afirmação. Se usa o telefone, o elevador e o intercomunicador, é porque existem para isso; as distâncias em Cuba se medem por meios técnicos de comunicação moderna, não pelo tempo que demoravam os nossos antepassados quando se deslocavam de um lado para o outro.

Estas são as nossas divergências.

Queremos que se saiba que esta polémica que se abre com a nossa réplica pode ter um grande valor para a nossa formação na medida em que formos capazes de a conduzir com o maior rigor científico e a maior serenidade. Não recusamos as confrontações mas, como estamos no centro de uma discussão que atinge os níveis superiores do Governo

e do Partido, onde se mantêm duas linhas de pensamento sobre o sistema de financiamento, cremos que o cuidado na forma e no método de discussão é importante.

Saudamos a iniciativa do companheiro Mora, que conduziu a uma confrontação pública, ainda que achemos que é sempre preferível chamar as coisas pelo seu próprio nome. Felicitamo-lo pela qualidade da revista do Ministério do Comércio Externo, qualidade que tentaremos atingir na nossa modesta publicação.

## SIGNIFICADO DA PLANIFICAÇÃO SOCIALISTA(\*)

A revista "Cuba Socialista" publicou no seu número 32 um artigo do companheiro Charles Bettelheim intitulado "Formas e Métodos da Planificação Socialista e Nível de Desenvolvimento das Forças Produtivas". Este artigo aborda temas de inegável interesse mas tem além disso, para nós a importância de se destinar a defender o chamado Cálculo Econômico e as categorias que este sistema pressupõe no setor socialista, tais como o dinheiro como meio de pagamento, o crédito, a mercadoria, etc.

Consideramos que neste artigo se cometeram erros fundamentais, que trataremos de definir:

O primeiro refere-se à interpretação da necessária correlação que deve existir entre as forças produtivas e as relações de produção. Neste ponto, o companheiro Bettelheim segue o exemplo dos clássicos do marxismo.

Forças produtivas e relações de produção são dois mecanismos que marcham indissolivelmente unidos em todos os processos médios do desenvolvimento da sociedade. Em que momentos puderam as relações de produção não ser fiéis ao reflexo do desenvolvimento das forças produtivas? Nos momentos de ascensão de uma sociedade que avança

---

(\*) Artigo publicado na "Cuba Socialista", n.º 34, junho de 1964.

sobre a anterior para romper com ela e nos momentos de ruptura da velha sociedade, quando a nova, cujas relações de produção serão implantadas, luta por se consolidar e por destruir a antiga superestrutura. Deste modo, nem sempre as forças produtivas e as relações de produção poderão, num dado momento histórico analisado concretamente, estar em correspondência de uma forma totalmente coerente. Essa é precisamente a tese que permitia a Lenin dizer que a Revolução de Outubro era uma revolução socialista e, no entanto, num dado momento, defender que se devia ir para o capitalismo de Estado e preconizar cautela nas relações com os camponeses. A razão desta posição de Lenin encontra-se precisamente na sua grande descoberta do desenvolvimento do sistema mundial do capitalismo.

Bettelheim diz: "...a alavanca decisiva para modificar o comportamento dos homens é constituída pelas alterações introduzidas na produção e na sua organização. A educação tem essencialmente por missão fazer desaparecer atitudes e comportamentos herdados do passado e que sobrevivem, e assegurar a aprendizagem de novas normas de conduta impostas pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas".

Lenin diz: "A Rússia não alcançou um nível de desenvolvimento das forças produtivas capaz de tornar possível o socialismo. Todos os heróis da II Internacional e, entre eles, naturalmente, Soukhanov, andam para trás e para a frente com esta tese, tal como um menino com sapatos novos. Repetem esta indiscutível tese de mil maneiras e parece-lhes que é decisiva para avaliar a nossa revolução. Mas, que fazer, se uma situação peculiar conduziu a Rússia primeiro à guerra imperialista mundial, na qual intervieram todos os países mais ou menos importantes da Europa Ocidental, e colocou o seu desenvolvimento à beira das revo-

luções nascentes e das que em parte já começaram no Oriente, em condições que têm permitido pôr em prática precisamente essa aliança da "guerra camponesa" com o movimento operário, a qual foi considerada uma das prováveis perspectivas por um "marxista" como Marx, referindo-se à Prússia em 1858?

"E, que devíamos fazer, quando uma situação absolutamente sem saída, decuplicando as forças dos operários e camponeses, nos abria a possibilidade de passar de uma maneira diferente de todos os demais países do Ocidente Europeu à criação das premissas fundamentais da civilização? A linha geral do desenvolvimento da história universal foi por isso modificada? Modificou-se por isso a correlação essencial das classes fundamentais em cada país que entra, ou já entrou no curso geral da história universal?

"Se para implantar o socialismo se exige um determinado nível cultural (ainda que ninguém possa dizer qual é este determinado nível cultural, porque ele é diferente em cada um dos países da Europa Ocidental), porque razão então, não podemos começar primeiro pela conquista por via revolucionária das premissas para este determinado nível e depois, já com base no poder operário e camponês e no regime soviético, caminhar para alcançar os demais países?"<sup>(1)</sup>

Com a expansão do capitalismo como sistema mundial e o desenvolvimento das relações de exploração não somente entre os indivíduos de um povo mas também entre os povos, o sistema mundial do capitalismo passou a ser imperialismo, entra em conflitos e pode romper-se pelo seu elo mais fraco. Esta era a Rússia czarista desde a primeira guerra mundial até ao princípio da Revolução, na qual coexistiam os cinco tipos econômicos apontados por Lenin na-

---

(1) Lenin, "Problemas da edificação do socialismo e do comunismo na URSS".

quela altura: a forma patriarcal mais primitiva de agricultura, a pequena produção mercantil (incluindo a maioria dos camponeses que vendiam o seu trigo), o capitalismo privado, o capitalismo de Estado e o socialismo. Lenin fazia notar que todos estes tipos apareciam na Rússia imediatamente depois da Revolução; mas o que qualificava o país em geral era a característica socialista do sistema, apesar de o desenvolvimento das forças produtivas não ter em determinados pontos alcançado a sua plenitude. Naturalmente, quando o atraso é muito grande, a correta ação marxista deve ser temperar o mais possível o espírito da nova época, que tende para a supressão da exploração do homem pelo homem, com as situações concretas do país; e assim o fez Lenin na Rússia recém libertada do czarismo, foi essa a norma da União Soviética.

Estamos convencidos de que toda esta argumentação, absolutamente válida e de extraordinária perspicácia naquele momento, é aplicável às situações concretas em determinados momentos históricos. Desde esse tempo, sucederam coisas de grande transcendência, como o estabelecimento de todo o sistema mundial do socialismo, com cerca de mil milhões de habitantes, um terço da população do Mundo. O avanço contínuo de todo o sistema socialista influencia a consciência das pessoas a todos os níveis e, por consequência, em Cuba no momento da sua história produz-se a definição da sua revolução socialista; esta definição não precedeu, nem mais e nem menos, o fato real de que já existiam as bases econômicas estabelecidas para esta afirmação.

Como se pode produzir a transição para o socialismo num país colonizado pelo imperialismo, sem nenhum desenvolvimento das indústrias básicas e numa situação de monoprodutor dependente de um só mercado?

Várias respostas se podem dar. Declarar, como os teóricos da II Internacional, que Cuba furou todas as leis da dialética, do materialismo histórico e do Marxismo, e que portanto não é um país socialista, ou que deve regressar à situação anterior?

Pode-se ser mais realista, e a este título procurar nas relações de produção de Cuba os motores internos que provocaram a revolução atual. Mas naturalmente, isso levaria à demonstração de que há muitos países na América e noutros lugares do Mundo onde a revolução é muito mais viável do que era em Cuba.

Resta a terceira explicação, quanto a nós exata, de que no quadro geral do sistema mundial do capitalismo em luta contra o socialismo, se pode romper um dos seus elos fracos, neste caso concreto Cuba.

Aproveitando condições históricas excepcionais e sob a correta direção da sua vanguarda, as forças revolucionárias tomam o poder num dado momento e, baseadas em que já existem as suficientes condições objetivas quanto à socialização do trabalho, queimam etapas, decretam o caráter socialista da revolução e empreendem a construção do socialismo.

Esta é a forma dinâmica, dialética, de vermos e analisarmos o problema da necessária correlação entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas.

Depois de produzido o fato da Revolução cubana, que não pode escapar à análise nem se iludir ao fazer investigação sobre a nossa história, chegamos à conclusão de que em Cuba se fez uma revolução socialista e que, portanto, havia condições para isso. Porque, realizar uma revolução

sem condições, chegar ao poder e decretar o socialismo por artes de magia, é algo que não está previsto por nenhuma teoria e não creio que tenha o apoio do companheiro Bettelheim.

Se é produzido o fato concreto do nascimento do socialismo nestas novas condições, é porque o desenvolvimento das forças produtivas chocou com as relações de produção antes do que racionalmente se esperaria para um país capitalista isolado. O que sucede? Que a vanguarda dos movimentos revolucionários, influenciados pela ideologia marxista-leninista cada vez com maior intensidade, é capaz de prever na sua consciência toda uma série de passos a dar e de forçar a marcha dos acontecimentos, mas forçá-la dentro do que é objetivamente possível. Insistimos muito neste ponto, porque é uma das falhas fundamentais do argumento utilizado por Bettelheim.

Se partimos do fato concreto de que só se pode realizar uma revolução quando há contradições fundamentais entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, temos que admitir que isto aconteceu em Cuba e temos que admitir também que esse fato confere características próprias à Revolução cubana, apesar de numa análise objetiva se encontrarem no seu interior toda uma série de forças que ainda estão num estado embrionário ou que não se desenvolveram ao máximo. Mas se nestas condições se produz e triunfa a revolução, como utilizar depois o argumento da necessária e obrigatória correspondência, de um modo mecânico e estrito, entre as forças produtivas e as relações de produção, para defender, por exemplo o Cálculo Econômico e atacar o sistema de empresas consolidadas que praticamos?

Dizer que a empresa consolidada é uma aberração equivale aproximadamente a dizer que a Revolução cubana é

uma aberração; são concepções do mesmo tipo e poderiam se basear na mesma análise. O companheiro Bettelheim nunca negou a autenticidade da Revolução Socialista cubana, mas diz que as nossas atuais relações de produção não correspondem ao desenvolvimento das forças produtivas e prevê, portanto, grandes fracassos.

O erro do companheiro Bettelheim é provocado pela aplicação rígida do pensamento dialético a estas duas categorias, de amplitude diferente mas com a mesma tendência. As empresas consolidadas nasceram, se desenvolveram e continuam a desenvolver-se porque o podem fazer; é uma verdade de La Palisse da prática. Se o método administrativo é ou não o mais adequado é questão que tem pouca importância em definitivo, porque as diferenças entre um método e outro são fundamentalmente quantitativas. O nosso sistema aponta para o futuro, para um desenvolvimento mais acelerado da consciência e, através da consciência, das forças produtivas.

O companheiro Bettelheim nega esta ação particular da consciência, baseando-se nos argumentos de Marx de que esta é um produto do meio social e não o contrário. Nós utilizamos a análise marxista para conquistar Bettelheim, dizendo-lhe que isto está absolutamente certo mas que, na época atual do imperialismo, também a consciência adquire características mundiais. E que esta consciência de hoje é o produto do desenvolvimento de todas as forças produtivas mundiais e do ensino e educação exercidos sobre as massas de todo o Mundo pela União Soviética e pelos outros países socialistas.

Nessa medida, devemos considerar que a consciência dos homens de vanguarda num dado país, baseada no desenvolvimento geral das forças produtivas, pode encontrar os caminhos adequados para fazer triunfar uma revolução

socialista nesse país, ainda que não existam objetivamente ao seu nível as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, que tornariam imprescindível ou possível uma revolução (numa análise do país como um todo único e isolado).

Deixaremos por aqui esta primeira objeção. O segundo erro grave cometido por Bettelheim é a insistência em conferir à estrutura jurídica uma possibilidade de existência autônoma. Na sua análise, refere insistentemente a necessidade de ter em conta as relações de produção no estabelecimento jurídico da propriedade.

Pensar que a propriedade jurídica, ou melhor, a superestrutura de um determinado Estado, num dado momento, foi imposta contra as realidades das relações de produção, é precisamente negar o determinismo em que se baseava para afirmar que a consciência é um produto social. Naturalmente, em todos estes processos, que são históricos, que não se realizam em milésimos de segundo como processos físico-químicos, mas sim no longo curso da humanidade, há toda uma série de aspectos das relações jurídicas que não correspondem às relações de produção que nesse momento caracterizam o país; o que só quer dizer que serão destruídas com o tempo, quando as novas relações se impuserem sobre as velhas, mas não que inversamente seja possível mudar a superestrutura sem previamente mudar as relações de produção.

O companheiro Bettelheim insiste repetidamente em que a natureza das relações de produção é determinada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas e que a propriedade dos meios de produção é a expressão jurídica e abstrata de algumas relações de produção, escapando-lhe o fato fundamental de que isto, mesmo perfeitamente adaptado a uma situação geral (quer seja o sistema mundial ou o país), não

permite estabelecer a mecânica microscópica que ele pretende entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas em cada região ou situação e as relações jurídicas de propriedade.

Ataca os economistas que pretendem ver na propriedade dos meios de produção por parte do povo uma expressão do socialismo, dizendo que estas relações jurídicas não são base de nada. De certo modo poderia ter razão em relação ao termo base, mas o essencial é que as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas entram em choque num dado momento e que esse choque não é mecânicamente determinado por uma acumulação de forças econômicas, mas é sim uma soma quantitativa e qualitativa, por acumulação de forças conflituais do ponto de vista do desenvolvimento econômico e por ultrapassagem de uma classe social por outra, do ponto de vista político e histórico.

Quer dizer, nunca podemos separar a análise econômica do fato histórico da luta de classes (até que se chegue à sociedade perfeita). Por esse motivo, para o homem, expressão vivente da luta de classes, a base jurídica que representa a superestrutura da sociedade em que vive tem características concretas e exprime uma verdade palpável. As relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas são fenômenos econômico-tecnológicos que vão se acumulando no decurso da história. A propriedade social é uma expressão palpável destas relações, tal como a mercadoria concreta é a expressão das relações entre os homens. A mercadoria existe porque há uma sociedade mercantil onde se produziu uma divisão do trabalho na base da propriedade privada. O socialismo existe porque há uma sociedade de novo tipo, na qual os expropriadores foram expropriados e a propriedade social substituiu a antiga, individual, dos capitalistas.

Esta é a linha geral que o período de transição deve seguir; as relações detalhadas entre esta ou aquela esfera da sociedade só tem interesse para determinadas análises concretas; a análise teórica deve sim abranger todo o quadro das novas relações entre os homens, toda a sociedade em transição para o socialismo.

Partindo destes dois erros conceptuais fundamentais, o companheiro Bettelheim defende a identificação obrigatória, exatamente encaixada, entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, em cada momento dado e em cada região dada, e, simultaneamente, transplanta estas mesmas relações para o caso da expressão jurídica.

Para chegar onde? Vejamos o que diz Bettelheim: "Nestas condições, o raciocínio que parte exclusivamente da noção geral de "propriedade estatal" para designar as diferentes formas superiores de propriedade socialista, pretendendo reduzir esta a uma realidade única, tropeça em dificuldades insuperáveis, sobretudo quando se trata de analisar a circulação das mercadorias no interior do setor socialista do Estado, o comércio socialista, o papel da moeda, etc."

E logo, analisando a divisão feita por Stalin em duas formas de propriedade, afirma: "Este ponto de partida jurídico e as análises que dele decorrem, levam à negação do carácter necessariamente mercantil, no momento atual das trocas entre as empresas socialistas do Estado e tornam incompreensíveis no plano teórico, a natureza das compras e vendas efetuadas entre empresas estatais, a natureza da moeda, dos preços, da contabilidade econômica, da autonomia financeira, etc. Estas categorias encontram-se assim privadas de todo o conteúdo social real. Surgem como formas abstratas ou processos técnicos mais ou menos arbitrários e não como expressão destas leis econômicas obje-

tivas cuja necessidade era, por outro lado, apontada pelo próprio Stalin”.

Para nós, o artigo do companheiro Bettelheim, apesar de tomar manifestamente partido contra as idéias que em algumas oportunidades expressamos, tem inegável importância, porque vem de um economista com profundos conhecimentos e de um teórico do marxismo. Partindo de uma situação de fato para fazer uma defesa, quanto a nós mal pensada, do uso das categorias inerentes ao capitalismo no período de transição e da necessidade da propriedade individualizada dentro do setor socialista, ele revela que, seguindo a linha marxista a que podemos chamar ortodoxa, a análise pormenorizada das relações de produção e da propriedade social é incompatível com a manutenção dessas categorias, e assinala que aí há algo incompreensível.

Defendemos exatamente o mesmo, só que a nossa conclusão é diferente: achamos que a inconseqüência dos defensores do Cálculo Econômico resulta de que, seguindo a linha de análise marxista, quando chegam a um determinado ponto têm que dar um salto (deixando pelo meio “o elo perdido”) para caírem numa nova posição a partir da qual continuam a sua linha de pensamento. Concretamente, os defensores do Cálculo Econômico nunca explicaram corretamente como se mantém na sua essência o conceito de mercadoria no setor estatal, ou como se faz uso “inteligente” da lei do valor no setor socialista, com mercados distorcidos. Constatando a inconseqüência, o companheiro Bettelheim retoma os termos, inicia a análise por onde devia terminar — pelas atuais relações jurídicas existentes nos países socialistas e pelas categorias que aí subsistem — constata o fato real e certo de que existem estas categorias jurídicas e estas categorias mercantis, e conclui pragmaticamente daí que se existem é porque são necessárias; a partir

dessa base, caminha para trás de forma analítica para chegar ao ponto onde se chocam a teoria e a prática.

Neste ponto, dá uma nova interpretação da teoria, submete Marx e Lenin à análise e extrai a sua própria interpretação, com as bases errôneas que apontamos, o que lhe permite formular um processo conseqüente de um extremo ao outro do artigo.

Esquece aqui, no entanto, que o período de transição é historicamente jovem. No momento em que o homem alcança a plena compreensão do fato econômico e o domina através do plano, está sujeito a inevitáveis erros de apreciação.

Porquê pensar que o que "é" no período de transição necessariamente "deve ser"? Porquê justificar que os golpes dados pela realidade em certas audácias são produto exclusivo da audácia e não também, em parte ou no todo, falhas técnicas de administração?

Pensamos que é atribuir demasiada importância à planificação socialista, com todos os defeitos técnicos que podem ter, pretender, como o faz Bettelheim, que: "Daqui deriva a impossibilidade de proceder de maneira satisfatória, isto é, eficaz, a uma repartição integral à priori dos meios de produção e dos produtos em geral, e a necessidade do comércio socialista e dos organismos comerciais do Estado. De onde resulta também o papel da moeda no interior do próprio setor socialista, o papel da lei do valor, e um sistema de preços que deve refletir não só o custo social dos diferentes produtos, mas deve também ser a expressão das relações entre a oferta e a procura destes produtos e assegurar eventualmente o equilíbrio entre esta oferta e esta procura, quando o plano não o tenha podido assegurar a priori e quando o uso de medidas administrativas para realizar este equilíbrio comprometa o desenvolvimento das forças produtivas".

Considerando as nossas debilidades (em Cuba), apontávamos no entanto, a nossa intenção de definição fundamental: "Negamos a possibilidade do uso consciente da lei do valor, baseados na inexistência de um mercado livre que exprima automaticamente a contradição entre produtores e consumidores; negamos a existência da categoria mercadoria na relação entre empresas estatais; e consideramos todos os estabelecimentos como parte da única grande empresa que é o Estado (apesar de, na prática, tal não acontecer ainda no nosso país). A lei do valor e o plano são dois termos ligados por uma contradição e sua solução; podemos pois dizer que a planificação centralizada é o modo de existir da sociedade socialista, a sua categoria definitiva e o ponto em que a consciência do homem consegue, por fim, sintetizar e dirigir a economia para a sua meta, a plena libertação do ser humano no quadro da sociedade comunista".

Relacionar a unidade de produção (sujeito econômico para Bettelheim) com o grau físico de integração, é levar o mecanismo ao extremo e negar a possibilidade de fazermos o que tecnicamente os monopólios norte-americanos já praticavam em muitos ramos da indústria cubana. É desconfiar demasiado das nossas forças e capacidades.

Assim, aquilo a que se pode chamar "unidade de produção" (e que constitui um verdadeiro sujeito econômico) varia evidentemente segundo o nível de desenvolvimento das forças produtivas. Em certos ramos da produção, onde a integração das atividades está suficientemente avançada, o próprio ramo pode constituir uma "unidade de produção". Pode ser o caso, por exemplo, da indústria elétrica, na base da interconexão, porque isto permite uma direção única centralizada de todo o ramo.

Ao desenvolvermos pragmaticamente o nosso sistema, deparamos com certos problemas que já tinham sido exa-

minados e tratamos de resolvê-los do modo mais coerente possível, na medida em que a nossa preparação o permite, com as grandes idéias expressas por Marx e Lenin.

Isso nos levou a procurar a solução para as contradições existentes na economia política marxista no período de transição. Ao tentar superar essas contradições, que somente podem ser travões transitórios ao desenvolvimento do socialismo, porque a sociedade socialista existe de fato, investigamos os métodos organizativos mais adequados à prática e à teoria, que nos permitirão impulsionar ao máximo a nova sociedade, mediante o desenvolvimento da consciência e da produção; esse é o campo em que estamos hoje embrenhados.

Em conclusão:

- 1) Achamos que Bettelheim comete dois erros grosseiros no método de análise:
  - a) Transpor mecanicamente o conceito da necessária correspondência entre relações de produção e desenvolvimento das forças produtivas, de validade global, para o microcosmos das relações de produção em aspectos concretos de um dado país durante o período de transição, e extrai assim conclusões apologéticas tingidas de pragmatismo, sobre o chamado Cálculo Econômico.
  - b) Fazer a mesma análise mecânica em relação ao conceito de propriedade.
- 2) Portanto, não estamos de acordo com a sua opinião de que a autogestão financeira ou a autonomia contabilística "estão ligadas a um dado estado das forças produtivas", consequência do seu método de análise.

- 3) Negamos o seu conceito de direção centralizada na base da centralização física da produção (dá o exemplo de uma rede elétrica interligada) e o aplicamos a uma centralização das decisões econômicas principais.
- 4) Não nos parece correta a explicação da razão da necessária vigência sem restrições da lei do valor e de outras categorias mercantis durante o período de transição, ainda que não neguemos a possibilidade de usar elementos desta lei para fins comparativos (custo, rentabilidade expressa em dinheiro aritmético).
- 5) Para nós, "a planificação centralizada é o modo de existir da sociedade socialista", etc., e portanto, atribuímos-lhe muito maior poder de decisão consciente do que Bettelheim.
- 6) Consideramos de muita importância teórica o exame das incoerências entre o método teórico de análise marxista e a subsistência de categorias mercantis no setor socialista, questão que deve ser mais aprofundada.
- 7) A propósito deste artigo, aos defensores do "Cálculo Econômico" aplica-se a frase: "Deus me guarde dos meus amigos, que dos meus inimigos me guardarei eu".

## A CLASSE OPERÁRIA E A INDUSTRIALIZAÇÃO DE CUBA(\*)

Uma revolução como a nossa, uma revolução feita por vontade do povo e para o povo, não pode progredir se as medidas tomadas não forem assumidas por todo o povo. Para assumir estas medidas com entusiasmo, é preciso conhecer o processo revolucionário; é preciso sentir a sua necessidade e assumi-las conscientemente. Se nos sacrificamos, temos de saber porquê. A via da industrialização, que conduz ao bem-estar coletivo, é difícil.

Por outro lado, à medida que as contradições no Mundo se acentuam e que os movimentos populares das regiões subdesenvolvidas substituem o agressivo imperialismo económico dos Estados Unidos, a agressividade norte-americana redobra de intensidade no seu "mare nostrum", as Caraíbas. Por outras palavras, o grande despertar a que por todo o lado se assiste, implica uma ameaça para Cuba. Daqui em diante, é necessário que estejamos conscientes do fato de que somos em parte responsáveis por todos estes acontecimentos.

Há um evidente despertar nos países subdesenvolvidos, e o exemplo cubano em certa medida contribuiu para isso.

---

(\*) Discurso feito em 18 de Junho de 1960.

É inútil dizer que o nosso exemplo teve mais força na América Latina do que no Japão. No entanto, fizemos a demonstração de que as potências coloniais não são tão fortes como outrora se imaginava. Este será um aspecto positivo para a solidariedade internacional que se desenvolverá contra qualquer agressão que venhamos a sofrer.

Quando falo de agressão, quero dizer agressão real física, e não simples agressão econômica, como a que terá lugar em breve na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, a propósito das nossas quotas de açúcar.

Temos um caminho difícil a percorrer. A nossa força reside na unidade dos operários e camponeses, de todas as classes necessitadas, que devem marchar para o futuro.

A minha conferência se destina diretamente aos operários, e não aos camponeses. E isto por duas razões. Primeiro, os camponeses cumpriram integralmente a sua primeira tarefa histórica; combateram com energia para conquistar o direito à terra e já estão a recolher os frutos da vitória. O nosso campesinato está inteiramente na esteira da revolução. A classe operária, pelo contrário, não colheu ainda os frutos da industrialização. Há uma resposta clara para isso: precisavamos criar primeiro uma base para a industrialização, e esta base exigia uma alteração da estrutura agrária. A reforma agrária criou a base da industrialização.

Estamos agora no caminho da industrialização. O papel da classe operária tornou-se muito importante. Os operários devem compreender todas as tarefas que lhes cabem e a importância do momento que vivemos, sem o que não conseguiremos criar uma sociedade industrial.

Queria que isto ficasse claro, não há necessidade de rodeios quando se fala a revolucionários. É bom que se conheçam todas as nossas fraquezas e que se procure superá-las. Não se pode dissimular o fato de que o movimento

revolucionário teve a sua base primeiro entre os camponeses e só em seguida na classe operária. E isso aconteceu por um certo número de razões. Primeiro, foi nas regiões camponesas que se produziu o movimento insurrecional mais forte. O dirigente insurrecional com mais prestígio, Fidel Castro, estava numa região camponesa. Mas há também razões sócio-econômicas de grande importância: Cuba, como qualquer país subdesenvolvido, não tinha um proletariado forte. Em certas indústrias, essencialmente nas indústrias novas ligadas ao capital monopolista, os operários eram por vezes indivíduos privilegiados. O operário do açúcar tinha de suar horas e horas ao sol durante três meses, para passar fome nos restantes nove, enquanto outros trabalhadores tinham um emprego todo o ano e ganhavam seis vezes mais. Isso constitui uma grande diferença que provoca divisões no seio da classe operária. De fato, é isso exatamente o que as potências coloniais favorecem; procuram dividir a classe operária concedendo privilégios a uma minoria que passa a querer preservar o "status quo". Dizem ao operário que se pode elevar pessoalmente graças ao esforço próprio e não pela ação coletiva. Deste modo, quebram a solidariedade do proletariado.

É por isso que, depois da revolução ter conquistado o poder, travamos duros combates contra os representantes de Mujal,<sup>(1)</sup> que bloqueavam o desenvolvimento do movimento sindical. Não podemos hoje dizer que estes representantes do passado tenham sido totalmente aniquilados, mas brevemente estarão destruídos.

Subsiste entretanto na classe operária um pouco do estado de espírito que leva a encarar os problemas em função

---

(1) Eusébio Mujal era dirigente sindical durante a ditadura de Batista. Concluiu um acordo com Batista, nos termos do qual, os trabalhadores poderiam ver aumentado o seu bem-estar se se mantivessem afastados da política.

da oposição patrão-empregados, análise muito simplista da realidade. Assim, quando atualmente iniciamos o nosso processo de industrialização e damos um papel de primeiro plano ao Estado, vemos que numerosos empregados consideram o Estado como um empregador qualquer. O nosso Estado é precisamente o oposto de um Estado-patrão;<sup>(2)</sup> conseqüentemente, para acentuar bem isso, temos tido longas conversas com os trabalhadores. Os operários estão a mudar de atitude, mas houve uma altura em que travaram o desenvolvimento.

Poderia citar alguns exemplos, mas não há necessidade de discutir casos individuais nem de apontar ninguém, porque estou convencido de que, na maioria dos casos, o problema não vem da má intenção, mas de uma mentalidade velha que deve ser destruída. Os operários não querem prejudicar a Revolução.

Deve ficar bem claro para todos o que dizia recentemente Fidel: "O melhor dirigente sindical não é aquele que procura assegurar aos operários o pão quotidiano. O melhor dirigente sindical é aquele que combate pelo pão quotidiano de cada um, que abarca perfeitamente o processo revolucionário e que, analisando-o e compreendendo-o em profundidade, defende o Governo e convence os seus camaradas explicando-lhes as razões de certas medidas revolucionárias. Mas, isso não significa que um dirigente sindical se deva transformar num papagaio, que repita pura e simplesmente tudo o que disser o Ministério do Trabalho ou outro órgão da administração".

É evidente que o Governo cometerá erros e que o dirigente sindical deverá estar atento a esses erros. Se os erros se repetirem, o dirigente sindical deverá prestar-lhes ainda

---

(2) Estado-patrão: no original. "estado-patrão" designa um Estado que possui os meios de produção e que não escuta os trabalhadores.

mais atenção. É simplesmente um problema de procedimento. No Governo há representantes do povo; eles querem servir o povo e estão prontos a corrigir todos os erros que se possam cometer. Sem exceção.

É natural que um grupo de pessoas jovens, sem experiência anterior, que tomaram a seu cargo um processo acelerado de desenvolvimento, enfrentando a maior potência econômica e militar do continente e do chamado "mundo ocidental", cometam erros. A tarefa do dirigente sindical é mostrar os erros aos representantes do povo, se necessário persuadi-los, e continuar a fazê-lo até que sejam tomadas medidas para corrigir esses erros. O dirigente sindical deve mostrar aos seus camaradas os erros cometidos e como é necessário combatê-los, como as coisas devem ser mudadas; mas isso deve ser feito pela discussão.

É inadmissível, e significaria o princípio do nosso fim, que os operários entrem em greve porque o Estado que os emprega (e falo aqui do processo de industrialização, onde é maior a participação do Estado) tenha adotado uma posição intransigente e absurda que lhes dê pretextos para isso. No dia em que tal acontecer, será o princípio do fim do governo popular. Isso seria a negação de tudo o que temos apregoadado. Por vezes, o Governo terá que pedir sacrifícios a certos setores da classe operária. Já por duas ocasiões, os operários do açúcar fizeram grandes sacrifícios; eles representam — e digo-o com toda a sinceridade — o setor mais combativo da classe operária e o que tem mais consciência de classe. Eles estão muito conscientes das suas obrigações revolucionárias. No futuro, teremos todos que cumprir os nossos deveres revolucionários e que renunciar temporariamente a certos privilégios e direitos em benefício da coletividade. Essa é uma outra tarefa do dirigente sindical: deve assinalar o momento em que o sacrifício

será necessário, deve analisá-lo e assegurar-se de que o sacrifício dos operários seja o mais pequeno possível; mas deve ao mesmo tempo convencer os seus camaradas da necessidade do sacrifício. É preciso que os operários se convençam da justeza do que lhes é pedido; é preciso que o dirigente sindical o explique e que se assegure de que todos estão convencidos. Um governo revolucionário não pode pedir sacrifícios a partir de cima; os sacrifícios devem ser produto da vontade de cada um.

A industrialização constrói-se sobre o sacrifício. Não se pode entrar num processo acelerado de industrialização como se se fosse para uma festa. No futuro, isto ficará muito claro. Durante este tempo as companhias monopolistas já deram um golpe (ou melhor, mostraram as garras, porque não nos conseguiram atingir) na questão do petróleo. Tentaram privar-nos de petróleo. Há alguns anos, o nosso governo revolucionário teria sucumbido a esse golpe. Felizmente, hoje há potências que têm petróleo e que o vendem com toda a independência; por outro lado, têm a possibilidade de nos entregar esse petróleo sem se importarem com quem se possa opor à transação. A atual divisão mundial de forças permitiu que Cuba escapasse ao colonialismo e tomasse o controle dos seus recursos.

O nosso subsolo não terá valor enquanto não soubermos se contém petróleo. Para o saber, é preciso fazer a prospecção, e isso é muito caro. Entretanto, tivemos que encontrar energia suficiente para as nossas indústrias trabalharem. Sabeis que quase 90% da energia do nosso país depende da eletricidade, e que mais de 90% da nossa eletricidade depende do petróleo. O petróleo desempenha um papel estratégico na nossa economia; por isso, desenrolou-se à volta dele uma grande batalha. Sabíamos que o desencadeamento desta batalha era só uma questão de tempo. Diri-

gimo-nos às companhias estrangeiras pelas vias legais; elas responderam com a sua arrogância de monopolistas, procurando nos causar problemas.

Existe hoje uma potência que tem petróleo; possui navios para entregar este petróleo e a força necessária para o trazer aqui. Se não tivéssemos tido esta fonte de petróleo, estaríamos presentemente perante uma penosa alternativa: permitir que a revolução fosse destruída, ou regressar a um estado primitivo, com uma ligeira vantagem — nada mais — porque teríamos hoje cavalos e mulas, coisa que os nossos ancestrais aborígenes não tinham. Isto teria significado a completa paralização das nossas indústrias. A situação teria sido naturalmente muito difícil. Felizmente há uma terceira via, e devemos continuar a progredir.

Tal não significa que tenhamos alcançado uma vitória definitiva e que esteja afastado todo o perigo. Não é sem motivo que a maioria de nós usa hoje uniformes da milícia. A vigilância e o treino são agora mais necessários que nunca. Talvez muitos de nós venham a morrer em defesa da revolução. Mas, o mais importante é trabalhar, sabendo sempre que esta ocasião pode chegar, prevenindo sempre mas trabalhar como se essa ocasião nunca chegasse, pensando sempre na construção da paz no nosso país. É preciso pensar também, é a solução ideal, que nós temos esse direito. Se nos atacarem, defender-nos-emos. Se as bombas inimigas destruírem o que construímos, pouco importa, reconstruí-lo-emos após a vitória. Presentemente, é preciso somente pensar em construir.

Isto nos conduz à análise do que alcançamos até hoje nos planos político e econômico. Hoje temos, sem dúvida alguma, um governo revolucionário. Penso que ninguém põe isto em causa; é um governo popular, cujo fim é elevar o

nível de vida da população e criar as condições que tornem possível a felicidade do nosso povo. Uma outra coisa que fizemos foi destruir as forças armadas tradicionais.

É essencial para o povo ter um governo popular. Presentemente, temos um governo do povo. Mas um governo tem infelizmente necessidade de se apoiar sobre as forças armadas. É necessário ter um exército, mas devemos evitar fazer dele uma instituição parasitária. O nosso tem escapado a isso. Se não tivéssemos destruído o exército tradicional, estaríamos hoje na prisão, senão mortos. É por isso que o Exército rebelde é tão importante atualmente. O nosso governo revolucionário apoia-se sobre o Exército rebelde. Eles são uma e a mesma coisa.

Temos também uma boa situação geográfica, e uma natureza luxuriante que nos permite um desenvolvimento econômico extraordinário. Temos recursos minerais insuspeitados. Somo o segundo produtor de níquel do mundo — ou, pelo menos — o segundo do mundo ocidental. O níquel utiliza-se para as cabeças dos mísseis e dos foguetes. Utiliza-se também para a blindagem de todos os carros e, até há pouco tempo, para soldaduras delicadas na indústria aeronáutica. É um mineral estratégico que será ainda mais empregado no futuro. É sabido que temos ferro, de difícil tratamento, mas temos. Não temos carvão, mas arranjar-mos maneira de o obter. Por outro lado, temos a cana do açúcar, fonte extraordinária de abundantes riquezas.

Eis o nosso ativo; mas temos também um passivo.

Para começar, o nosso desenvolvimento é desigual. Somos um monoprodutor, como todos os países subdesenvolvidos. Produzimos principalmente açúcar; todo o nosso desenvolvimento gravitou em volta deste produto. Só desenvolvemos as nossas refinarias, e um grupo de importadores comprava produtos manufaturados com o dinheiro tirado das

refinarias. A isto, é preciso acrescentar que os nossos antigos governos nunca fizeram muitas tentativas para vender o açúcar de maneira apropriada; em vez disso, renderam-se a um sistema econômico colonialista dominado pelos Estados Unidos. Nunca tentaram criar novos mercados. Apesar de numerosos países consumirem menos açúcar do que poderiam, apesar de uma grande parte do mundo ter visto aumentar o seu poder de compra e estar disposto a comprar açúcar, o nosso país não procurou novos mercados. Fechavam os olhos à realidade.

Tínhamos um sistema de quotas. Este sistema permitia aos proprietários de terras ter mais terra do que a que necessitavam. Em consequência, o nosso desenvolvimento agrícola estagnava. Um país com a riqueza de Cuba tinha uma tecnologia agrícola primitiva. A terra estava abandonada, ceifava-se uma vez por ano. Os campos entravam em rotação em média de sete em sete anos. É por isso que Cuba tinha colheitas muito pobres.

Há um outro problema. Todos o conhecemos — e falo com moderação.

A 90 milhas do nosso território encontra-se uma base aérea, uma base cheia de criminosos de guerra, uma base potencial de agressão. Eles têm tudo, desde a agressão diplomática aqui, até aos assassinos assalariados noutros países. Hoje, a agressão contra Cuba atinge níveis elevados. Estamos no coração estratégico das Caraíbas. Temos no nosso território uma base inimiga que é uma fonte constante de fricções conosco. Eles querem provocar uma guerra. Acima de tudo, temos a perigosa honra de sermos um "mau exemplo" para a América Latina. Eisenhower, como sabemos desembarca na América Latina e acaba por chorar sob o efeito dos gases lacrimogêneos. Por outras palavras, a situação do pobre presidente é muito crítica.

O nosso próprio presidente foi à América Latina. Os funcionários governamentais trataram-no com frieza, mas recebeu o apoio caloroso do povo. O nosso exemplo é uma honra e também uma ameaça. É por isso que os colonialistas procuram nos isolar; mas é impossível nos isolar do povo. Eles procuram nos isolar gradualmente. Tentam primeiro isolar o ditador da República Dominicana; depois pretendem que há na América Latina um outro ditador que deveria ser isolado. Como disse Fidel, procurarão cercar-nos, depois cometerão uma agressão.

Essa é a ameaça exterior a que estamos expostos. Entretanto, devemos continuar a avançar. Os perigos políticos não contam. Temos que medir as nossas possibilidades econômicas e em seguida progredir gradualmente até que tenhamos conseguido a nossa industrialização. Devemos fixar certas metas. Quais são os nossos objetivos principais? As nossas metas mais importantes? Do ponto de vista político, queremos primeiro ser senhores do nosso próprio destino, queremos ser uma nação independente. Queremos encontrar o nosso sistema de desenvolvimento sem ingerência estrangeira. Queremos comerciar livremente com o mundo. Queremos também melhorar o nível de vida do povo.

Não devemos nos preocupar por causa do problema político. Temos o apoio do povo, e ninguém pode vergar-nos por causa de um problema político. O nosso desenvolvimento, no entanto, não deve custar ao povo mais do que o necessário. Sabemos que há quem sinta a falta de numerosos bens de consumo. O colonialismo levou-nos precisamente a utilizar certos artigos. Levaram-nos a consumir chicles; agora como elas não existem, há pessoas que se interrogam sobre se este governo vai realmente elevar o nível de vida do povo.

Deve ficar claro que nós podemos cometer erros; mas é preciso também compreender que há muitos artigos dos quais não temos necessidade — eles não são essenciais. Temos hoje 300 000 desempregados. E isso significa fome, miséria e doença. Não podemos — e dizemo-lo com toda a franqueza — importar chicletes ou pêssegos, e outros artigos, e criar ao mesmo tempo empregos para os desempregados e para os que estão subempregados. Isso é tarefa muito pesada.

Hoje, a nossa força de trabalho eleva-se a 2 300 000 pessoas. A nossa força de trabalho é constituída por um terço da nossa população. 13% da força de trabalho está no desemprego, ou seja, 300 000 pessoas, e os subempregados constituem também 13%. Os trabalhadores do açúcar, que são quase 300 000 e só trabalham três meses por ano, fornecem um exemplo trágico de subemprego.

Em matéria econômica, o dever essencial do governo revolucionário é prestar primeiro atenção aos desempregados, e em seguida aos subempregados. É por isso que muitos de nós se bateram duramente contra os aumentos de salários. Um aumento de salários significa novos desempregados. Os capitais desta nação não são ilimitados; não podemos criá-los com uma máquina. Quanto mais dinheiro fabricarmos, menos valor ele terá. É necessário que nos desenvolvamos com os capitais que temos. Devemos planificar com cuidado, de modo que as indústrias que criamos ofereçam o máximo possível de empregos. É nosso dever velar acima de tudo para que cada um ganhe o seu pão quotidiano. A nossa primeira meta é conseguir que ninguém tenha fome, velar pois para que todas as pessoas comam todos os dias. Após o que será necessário assegurar a cada um condições de vida decentes. Isto será seguido dos cuidados médicos e do ensino gratuito.

Atualmente, o nosso problema principal é o desemprego. É nisso que devemos pensar. Economizar as divisas não é um passatempo, é uma necessidade imperiosa. Cada cêntimo economizado servirá para criar emprego. Mas voltemos ao nosso tema, que é de nos interrogarmos como alcançar o nosso desenvolvimento econômico.

Para nos desenvolvermos, podemos tomar duas vias. Uma é o sistema da livre empresa, a que se chama também "laissez-faire", o que quer dizer que se permite que todas as forças econômicas hajam livremente. Estas forças econômicas são supostamente iguais e em concorrência livre umas com as outras para desenvolver o país. Tivemos este sistema em Cuba no passado e não nos conduziu a lugar nenhum. Tenho insistido, em muitas ocasiões, nos exemplos que mostram como o nosso povo foi reduzido à escravatura pelos meios econômicos, sem mesmo se aperceber disso.

Havia nessa época uma ditadura, mas isso podia ter acontecido sem a ditadura. Existe por exemplo uma companhia — agora controlada pelo Estado — chamada Cubanitro. Esta companhia vale 20 milhões de pesos e deveremos aumentá-la. É uma companhia valiosa. Antes era propriedade de um grupo de acionistas que tinham investido nela 400 000 pesos. Este grupo tinha obtido um empréstimo bancário de 400 000 pesos e, de um dia para o outro, um homem que tinha tido uma idéia e um pouco de iniciativa tornou-se milionário.

Há outros casos onde não foi feito nenhum investimento na fábrica, na produção. Se um homem dispende de 20 milhões de pesos criava empregos e desenvolvia a indústria nacional, isto não parece muito mau. Há casos em que os 20 milhões de pesos não foram investidos na indústria; em vez disso, metade foi dispensada para a compra de máquinas e a diferença foi embolsada. Eles não tinham nenhum

desejo de criar um plano industrial. Podia ir tudo ao sabor da corrente, não queriam saber disso.

Um exemplo clássico disso é a "Técnica Cubana", uma fábrica de papel fundada unicamente para roubar dinheiro tomado de empréstimo. Eis portanto dois casos em que o Estado emprestou dinheiro à livre empresa. É certo que esse não é o retrato de todas as empresas industriais mas, ao adquirirem importância, a maior parte das empresas faziam acordos com os militares ou os políticos que na altura controlavam o poder. Asseguravam-se assim de maiores vantagens.

Um outro bom exemplo do sistema da livre empresa é a carta da Radio-Cremata que Fidel uma vez leu, e onde esta falava claramente dos serviços que prestava à "Companhia Cubana de Eletricidade",<sup>(3)</sup> enquanto era representante do povo cubano. É um outro exemplo do sistema da livre empresa.

Outro aspecto deste desejo de roubar que animava os proprietários, é o triste caso de tantas fábricas fechadas. Porquê? Por duas razões. Primeiro, estas pequenas fábricas na posse de pequenos capitalistas cubanos, estavam submetidas à concorrência de grandes empresas monopolistas que quando tinham um concorrente, baixavam os preços, o que eliminava este concorrente. À escala mundial — e é assim que funcionam estas grandes sociedades — custa-lhes muito pouco essa baixa de preços. Mas uma pequena empresa vai à falência em seis meses.

Esta anarquia que se encontra no sistema de livre empresa tem uma outra razão. Quando um produtor lança um negócio e triunfa, outros três produtores se lançam na mesma atividade, mesmo que o potencial do mercado não per-

---

(3) Cuban Electric Company, de propriedade norte-americana.

mita mais que um só produtor. São por consequência eliminados.

Uma outra consequência do sistema da livre empresa, é o fato de o operário ter que se vender a si próprio como uma mercadoria que trabalha, por causa do desemprego e da luta entre as forças econômicas. Para encontrar um emprego, os operários têm que entrar em concorrência uns com os outros. Como não querem passar fome, vendem-se. É inútil dizer que o capitalista compra o operário mais barato. Há, por vezes trabalhadores que, porque têm fome, se vendem ainda mais barato, e dessa forma estão a trair os interesses da classe operária. Isto é, aquele que obtém o emprego força os outros a imitá-lo e a aceitarem as mesmas condições. É outro resultado do sistema.

Por vezes se produz o contrário. A empresa estrangeira concede salários mais elevados que a empresa capitalista nacional ou o Estado, e transforma os seus operários em privilegiados. O operário experimenta um certo sentimento de lealdade em relação a esta "boa" companhia, enquanto a empresa exporta todos os anos enormes lucros. À conta das companhias petrolíferas, por exemplo, saíam anualmente de Cuba 30 milhões de dólares. Eu lamentava agora mesmo o fato de um cubano ter embolsado 20 milhões de pesos, mas o lucro anual das companhias petrolíferas era de 34 milhões. Isto aplica-se a todas as grandes empresas internacionais — a Companhia dos Telefones, a Companhia Elétrica. Elas aperfeiçoaram um sistema: entregaram altos salários e apanham grandes lucros. Sistema graças ao qual dividem a classe operária. E dizem também aos seus operários que eles são pessoas privilegiadas porque trabalham para companhias estrangeiras. Eles têm o seu próprio clube; os Negros não são autorizados a trabalhar nela. São utilizados toda uma série de instrumentos de divisão. Estes são

exemplos visíveis em Cuba, porque este sistema funcionou aqui durante muito tempo. Agora dizem-nos que é o único meio que permite o desenvolvimento democrático de um país. Atualmente, é o que nos procuram vender.

Mas existe um outro sistema. Segundo o nosso sistema, nós somos revolucionários e o nosso governo revolucionário representa o povo. Para quem devemos nós construir indústrias? A quem devemos nós favorecer? Devemos favorecer o povo. Somos representantes do povo, e é por isso que a industrialização do país deve ser dirigida pelo governo. Desta maneira, não haverá anarquia. Se temos necessidade de uma fábrica de parafusos, haverá uma; se temos necessidade, por outro lado, de uma fábrica de facas, construiremos uma. Não haverá caos, e o capital da nação será economizado.

Se sentirmos necessidade de uma indústria de base, mesmo que tenha que funcionar com prejuízo, ela será construída, porque criará os alicerces da nossa industrialização. Por outro lado, não teremos nunca que rebentar uma greve ou uma manifestação operária com astúcia e manobras. Não dividiremos a classe operária. Não teremos que pagar mais que um salário justo ao operário ou ao especialista com o fim de nos assegurar uma vantagem ou de destruir alguém, porque isso não são métodos revolucionários. Procuraremos, contudo, dar ao trabalhador o salário mais alto possível em todas as indústrias, tendo sempre presente que o nosso objetivo essencial é garantir emprego a todos — primeiro, empregos para os desempregados, e em seguida, empregos para os subempregados.

Há grandes diferenças entre o desenvolvimento através da livre empresa e o desenvolvimento revolucionário. Num, a riqueza concentra-se nas mãos de um punhado de pessoas, amigos do governo, intriguistas dos mais hábeis; no outro,

a riqueza da nação pertence a todos. Cada empresa funciona ao serviço do conjunto da nação. Graças ao desenvolvimento revolucionário, a nossa riqueza não será controlada pelos monopólios estrangeiros. O desenvolvimento revolucionário nos permitirá inclusive recuperar progressivamente a nossa riqueza nacional roubada pelos monopólios estrangeiros.

Eis as diferenças fundamentais entre os dois sistemas. O nosso povo escolheu o caminho do desenvolvimento revolucionário. As nossas empresas, como disse Fidel, se chamarão "Companhia Popular".

Se analisarem o que fizemos até agora, verão que temos seguido este tipo de desenvolvimento. Começamos como estávamos destinados a começar, com as leis mais modestas que pudessem efetivamente beneficiar o povo. As tarifas de eletricidade diminuíram, os aluguéis baixaram, a administração pública foi saneada. Depois, veio a lei que marcou a viragem do nosso caminho, porque até então, quando baixávamos as tarifas da eletricidade e do telefone os aluguéis, quando saneávamos a administração, fazíamos que os próprios defensores do sistema da livre empresa propunham. Certas pessoas que possuíam imóveis de aluguel não estavam nada contentes. A companhia elétrica e a companhia dos telefones não gostaram das nossas medidas. Mas os grandes monopólios apoiaram as nossas iniciativas. Era o que eles queriam, um governo de boa reputação que melhorasse um pouco o nível de vida do povo. Para eles esse era o governo perfeito. O ideal era ter um governo que incarnasse a democracia ocidental, como o de Figueres;<sup>(4)</sup> pouco importa que se trate, entre outras coisas, de um grande proprietário de terras. Depois, veio a reforma agrária e as coisas se complicaram. Há, primeiro que tudo, a

---

(4) José Figueres, presidente da Costa Rica (1953-1958), era um dos dirigentes da "esquerda democrática" da América Latina. Era um grande amigo dos Estados Unidos.

"United Fruit Company" que, como todos sabem, está diretamente relacionada com o Departamento de Estado dos Estados Unidos.

Neste momento tornou-se evidente que o governo revolucionário ia fazer reformas e não apenas falar delas demagogicamente. Pouco a pouco a nossa riqueza nacional aumentava, e com ela a nossa capacidade de agir. Distribuimos a terra aos camponeses; as nossas cooperativas açucareiras fundaram refinarias, no âmbito da reforma agrária. Estávamos criando as condições necessárias para a incorporação do povo no processo revolucionário, de maneira a que pudessemos todos acertar o passo. Aumentamos a nossa força graças a pequenas coisas, tais como a confiscação dos bens dos criminosos de guerra e dos vigaristas.

Então começou a agressão. Fomos atacados por pequenos aviões. Havana foi bombardeada. Respondemos à agressão com novas leis revolucionárias: a lei sobre o petróleo, a lei sobre as minas. Continuamos avançando nesta via. Os Estados Unidos ameaçaram cortar-nos as quotas do açúcar e nós assinamos um acordo com a União Soviética. Cortaram-nos os créditos nos seus bancos e nós assinamos acordos mais vantajosos com os países comunistas e o Japão. Diversificamos o nosso comércio externo e esperamos o golpe, porque quem sabe como essas pessoas operam deve saber que atacam mais cedo ou mais tarde. Os monopólios não fazem nunca um jogo leal. Quando percebem que desapareceram as suas possibilidades de obter lucros num país, atacam-no. Por vezes, o seu ataque é direto, como na época da "diplomacia do cacete"; por vezes, o ataque é económico. É o que se passa agora com as quotas do açúcar. Tínhamos previsto o problema e estamos perante um dilema: ou bem que se faz o que se impõe fazer e se enfrenta a agressão, ou bem que nos tornamos os "Figueres" mais represen-

tativos do continente. Temos sempre evitado nos tornar novos Figueres, porque isso seria a própria negação das aspirações populares. Disfarçar-se de democrata é uma brincadeira de muito mau gosto. Mais vale ser Somoza,<sup>(5)</sup> porque todos sabemos o que é. Disfarçar-se de patriota, de revolucionário, de homem de esquerda "moderada", é trair tristemente o povo. Jamais poderíamos tê-lo feito. Não, nós não podíamos falar ao povo a linguagem da revolução, negociando com os monopólios à porta fechada. Escolhemos um caminho difícil, um caminho que cremos ser justo, e o povo apoiou-nos.

Agora, é preciso que lutemos em duas frentes. Impõe-se que defendamos as nossas costas, e temos que nos empenhar na batalha da industrialização. Depois de analisar os problemas que enfrentamos, é necessário definir as tarefas fundamentais da classe operária.

As tarefas são numerosas mas, do ponto de vista econômico, há três grandes obrigações a cumprir. Estas três obrigações entram por vezes em conflito com o denominador comum que a classe operária tomou para as suas aspirações e para a luta contra os patrões. Hoje, uma das grandes obrigações da classe operária é a de produzir bem. Quando dizemos "produzir", os trabalhadores podem pensar que lhes dizemos exatamente a mesma coisa que diziam os empregadores privados — isto é, que deviam produzir mais riquezas —, mas que isso significa o desemprego para outros operários e uma muito maior concentração da riqueza nas mãos do empregador. É verdade que aí há uma contradição aparente; mas se hoje devemos produzir mais riqueza, é para que o Estado crie mais fontes de trabalho — de modo a que todos possam trabalhar. Chegou a altura de inventar sem-

---

(5) A família Somoza governou ditatorialmente a Nicarágua durante mais de vinte anos.

pre; é preciso criar novos empregos, fontes de trabalho que exigirão o maior desenvolvimento possível.

Como sabem, há muitas maneiras de calcular um investimento. Há investimentos que necessitam de uma grande concentração de capital, aproximadamente 10 000 pesos por trabalhador empregado. Regra geral, têm um rendimento muito elevado. Há também investimentos que só comportam uma fraca concentração de capital, de cerca de 2 000 pesos por trabalhador. Este tipo de investimento é muito menos reprodutivo, mas é o que mais convém às nossas necessidades atuais. Temos necessidade disso sobretudo porque elimina o desemprego, ao mesmo tempo que cria a base técnica necessária a uma completa industrialização.

Queria ter conservado um documento que os trabalhadores da Televisão C. M. Q. me deram, e que mostra claramente o que a classe operária devia fazer. É simplesmente uma idéia para economizar as bobinas de todas as fitas de máquinas de escrever do país, com o fim de evitar a importação deste artigo. Esse é um outro dever da classe operária, diretamente ligado à obrigação de produzir: economizar, Imaginar maneiras de podermos economizar dinheiro. É preciso economizarmos tanto quanto possível. Não podemos gastar um só cêntimo sem necessidade. Cada cêntimo deve ser despendido efetivamente em benefício do povo. Cada cêntimo economizado vai para o nosso comércio interno ou para o tesouro nacional. Ele permite a criação de uma nova fonte de trabalho.

Produção e poupança são os fundamentos do desenvolvimento econômico — produção e poupança no interesse dos trabalhadores, e não no de um punhado de pessoas. Não poderíamos pedir-vos grandes sacrifícios, para estarem mais atentos, para trabalharem mais duro, se os benefícios fossem para qualquer outro. Seria injusto fazer tais pedidos.

Pedimos estes sacrifícios para o bem de todo o povo. Pedimos uma maior produção nas fábricas controladas pelo Estado. Cada vez mais, as grandes fábricas — aquelas que construiremos, certamente — estarão sob o controle do Estado. O controle do Estado crescerá com o tempo e crescerá também o dever da classe operária. Mas, mesmo em todas as indústrias privadas, é preciso evitar desperdícios e cuidar das máquinas (...).<sup>(6)</sup>

Além de produzir e poupar, uma terceira obrigação da classe operária é a de se organizar. Não de se organizar da maneira tradicional, classe contra classe, mas de se organizar de maneira a melhor servir a revolução, o povo e a classe operária pois, por exemplo, a diferença entre os camponeses e os operários deve desaparecer. Há já um grupo de 300 000 trabalhadores agrícolas que vão trabalhar a terra com métodos mais mecanizados. O seu trabalho torna-se mais técnico, e é deste modo que todos se tornam operários — todos os que estão diretamente relacionados com a produção.

É preciso fazermos exatamente o contrário daquilo a que estávamos habituados. O nosso círculo imediato era o mais importante: o sindicato, o quarteirão, a família e o indivíduo. Antes, o indivíduo era o mais importante. Hoje, a nação, a totalidade do povo, são mais importantes que o indivíduo. Devemos nos considerar a nós próprios como o que há de menos importante, como a menos importante peça da máquina, mas devemos funcionar bem. Devemos estar prontos a sacrificar toda a vantagem pessoal ao bem coletivo. Cada grupo humano é mais importante que o indivíduo. Um setor sindical é mais importante que um sindicato de

---

(6) Neste momento do discurso, Guevara salienta que muitos aprenderam de modo irresponsável. Cita o caso de Cadillacs novinhos em folha, confiscados à hierarquia do antigo regime, e que estão já em mísero estado.

fábrica. O conjunto dos trabalhadores é mais importante que um só trabalhador. É uma questão que deve ser compreendida. Devemos nos organizar para mudar uma mentalidade criada no passado.

É necessário modificar a maneira de pensar dos dirigentes sindicais. A sua função não é gritar mais alto que o patrão ou impor medidas absurdas no quadro do sistema de produção, tais como a atribuição de salários a pessoas que não trabalham. Se um operário é pago sem o ter ganho, conspira contra a nação e contra ele próprio.

Eis portanto os três deveres da classe operária. Para os cumprir, devem compreender o desenvolvimento do processo revolucionário e acrescentar-lhe a consciência precisa da fábrica na qual trabalham; têm necessidade de conhecer todo o sistema de produção. É um dever e um direito que deve ser reivindicado por cada trabalhador: conhecer perfeitamente a sua máquina, repará-la e aperfeiçoá-la se possível. Devem conhecer a vossa máquina, a vossa oficina, a vossa seção, e todo o sistema de produção. É um dever e um direito a reclamar à vossa administração.

Deve ser estabelecida uma relação estreita entre os operários e as administrações das fábricas controladas pelo Estado. Dirigir uma grande fábrica não é a mesma coisa que ser operário dela. Vêm-se os problemas numa perspectiva diferente. Mesmo hoje, operários e administradores vêem os problemas numa perspectiva diferente. O administrador deve deslocar-se ao local de trabalho do operário e o operário ao gabinete do administrador, o operário e o administrador devem trocar os seus pontos de vista, de modo a que os dois vejam o processo à mesma luz. Assim, veriam todos os aspectos dos problemas e os problemas seriam resolvidos

— e veriam que grande número das reivindicações feitas atualmente pelos operários seriam retiradas.

Há certas fábricas que são já controladas pelo Estado. Numa delas, por exemplo, um operário descobriu um sistema de produção mais eficaz, e o seu contramestre impediu-o de produzir mais. Não considero isso traição, mas é uma falsa interpretação da situação, uma falsa interpretação do movimento revolucionário. Deve ficar claro que a história tornou ultrapassadas as velhas maneiras de pensar. Devemos pensar de maneira nova. Devemos utilizar o cérebro e analisar cada problema que se põe. Devemos analisar com espírito claro todos os nossos problemas.

O dirigente sindical e o trabalhador de cadeia participam por conseguinte no processo de produção e serão responsáveis por ele. Se não formos capazes de avançar mais, é porque existem sindicatos hostis ou porque os operários não souberam compreender o problema. Por vezes, um dirigente sindical fala com o administrador e a base considera isso uma capitulação. Estas atitudes têm que desaparecer, porque a nossa grande tarefa de industrialização da nação não poderá ser cumprida se elas subsistirem. A nossa tarefa é encontrar o melhor caminho e explicá-lo. O dever do povo é ajudar-nos a encontrar este caminho e contribuir com todos os seus esforços para um avanço rápido. O povo deve corrigir os nossos erros de modo construtivo.

Até agora temos fixado objetivos muito moderados, para que os possamos atingir. Não sabemos ainda exatamente se a classe operária compreendeu os problemas que enfrentamos, nem de que auxílio será capaz. Propusemos a duplicação em dez anos do rendimento anual de cada cubano. Hoje, o rendimento médio anual de cada cubano é de 415 pesos. Se dividirmos isso pelos doze meses do ano, verificamos que o ganho mensal de cada pessoa é na realidade

multo escasso. É certo que muitas mulheres e crianças não trabalham, mas isso não altera a questão. Esperamos poder em dez anos elevar o rendimento per capita para cerca de 900 pesos. Esta soma, o dobro do rendimento per capita atual, representa um dos principais esforços que devemos fazer, porque é algo que nunca foi feito na América Latina. Significaria um aumento anual de 7% do poder de compra das pessoas. Na América Latina, a taxa de crescimento anual do rendimento per capita situa-se entre 1 e 2%, e em certos países esta taxa é negativa. Por outras palavras, o nosso desenvolvimento seria assim extremamente acelerado, e será mais ainda na medida em que cada um compreenda absolutamente os seus deveres. Não me lastimo; é certo que atingir esta meta seria um triunfo fabuloso. Mas atingiremos, e será um triunfo fabuloso(...).(7)

Fixamos uma outra meta que exige mais atenção, e consiste em, no fim de 1962, quer dizer, exatamente daqui dois anos e meio, termos eliminado o desemprego em Cuba. Podem não aplaudi-lo; não é mais do que um objetivo, e todos poderemos nos aplaudir a nós próprios, se o alcançarmos, ou nos assobiarmos se fracassarmos. Mas é o trabalho de cada um, o trabalho do governo e do povo unidos, e a grande obrigação de solidariedade de todos aqueles que têm bastante para comer para com aqueles que não têm nada ou quase nada.

Alguém, na assistência, diz que ao fim de quatro dias de intervenção governamental o número de clientes dos hotéis aumentou 4 000.

Naturalmente, uma das tão numerosas tarefas coletivas é a administração conjunta de cada empresa pelos trabalhadores e pelo governo. Por exemplo, o problema hoteleiro

---

(7) Guevara resume aqui todas as suas notas e conclui. Os parágrafos seguintes são respostas às perguntas da assistência.

põe à prova a capacidade da classe operária e dos seus dirigentes democraticamente eleitos. Naturalmente, esta vitória inicial não é definitiva. Os hotéis põem um problema difícil, porque em Cuba eles foram construídos e geridos com uma mentalidade colonial, para o turista que vinha aqui deixar os seus dólares à mesa de jogo ou num outro lugar de prazer. Isto é, foram construídos para uso do grande senhor que vinha às suas possessões das Caraíbas para desperdiçar um pouco do que estas possessões lhe tinham dado durante o ano. Não devemos esquecê-lo.

Mas é preciso que mudemos completamente o sistema, a mentalidade e a estrutura da indústria turística. Os turistas que virão, se vierem dos Estados Unidos, serão aqueles com bastante bom senso e coragem para enfrentar toda a espécie de ameaças mais ou menos abusivas dos seus. Virão, por outro lado, os turistas latino-americanos que querem conhecer em primeira mão o processo revolucionário; e, cada vez mais, estes hotéis deverão estar cheios de cidadãos nossos — de cubanos vindos de toda a ilha, e que a percorrem para se informarem sobre ela. Quer dizer que devemos subverter inteiramente o sistema turístico, e isto não é um trabalho fácil. Acrescento que estou certo de que aqueles que farão melhor este trabalho, em colaboração com o governo revolucionário, são os dirigentes eleitos pelos trabalhadores.

## DISCUSSÃO COLETIVA DECISÃO E RESPONSABILIDADE ÚNICAS(\*)

A nossa Revolução avançou tão depressa e os problemas que se nos põem têm de ser abordados tão rapidamente sob um ponto de vista diferente que certos meios revolucionários mal puderam reagir e assimilar a situação.

Esta é a razão pela qual queremos dar nesta exposição largamente discutida as linhas gerais da política a seguir pelos administradores de empresas do Estado e as relações que devem ter com os agrupamentos operários e políticos: Comitês técnicos de assistência, sindicatos, J.U.C.E.I. (Juntas Provinciais de Coordenação, Execução e Inspeção), organizações revolucionárias, etc.

A Revolução cubana, ao ultrapassar rapidamente a sua primeira característica de revolução democrática anti-imperialista, transformou-se em revolução socialista; por este facto, todos os problemas que surgem devem ser examinados do ponto de vista de um Estado a caminho do socialismo, e à luz dos grandes princípios diretores do marxismo, tendo em consideração, por outro lado, a experiência dos países que estão em vias de construir o socialismo nos seus territórios.

---

(\*) Publicado na revista "Trabalho" Junho de 1961.